

Graduação é 'primo pobre', diz Paulo Renato

Esse é o motivo das críticas ao programa de bolsas do MEC, segundo ministro

SÉRGIO LEO

BRASÍLIA - A graduação é o primo pobre das universidades e é rejeitada por professores com mestrado e doutorado, accusa o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Essa falta de hábito explica, segundo Paulo Renato, as críticas que o ministério vem sofrendo por seu novo programa de bolsas para professores. Bolsas de R\$ 400,00 a R\$ 1,1 mil serão concedidas a professores com pós-graduação que aceitem dar aulas aos estudantes dos primeiros anos da universidade. O ministro admite fazer ajustes no programa, mas ironiza o movimento sindical: "Como vou quebrar o que já não tem força?" Ele diz que os professores em busca de aumentos salariais deveriam lutar pela autonomia das universidades em vez de promover uma "resistência corporativa". "Nossa proposta garante para as universidades 75% do dinheiro do orçamento obrigatoriamente destinado à educação: damos um cheque em branco para elas."

Estado - Como o senhor vê a reação negativa à criação de bolsas diferenciadas para professores?

Paulo Renato -

Adotamos uma medida importante e, reconheço, polêmica. Portanto, acho normal a reação. Essa sugestão das bolsas foi discutida com integrantes de universidades. Mas não não se trata de reajuste salarial.

Estado - Por que não?

Paulo Renato - O reajuste salarial é uma questão geral, hoje. Como os professores infelizmente estão submetidos ao regime único do servidor, essa questão foge da minha alçada. Estou preocupado com a melhoria da qualidade da graduação. As universidades públicas, principalmente a federal, sempre deram mais atenção à pós-graduação e à pesquisa e sobrou dinheiro, muitas vezes, na pós-graduação. A graduação sempre foi o primo pobre, embora essa seja uma tarefa essencial.

Estado - A universidade desculpou de sua tarefa essencial?

Paulo Renato - Não é que ela tenha descuidado; o governo nunca incentivou a graduação. Nós procura-

mos reverter isso. Decidimos que toda política de investimento seria para ensino nas universidades. Investimentos em outras áreas do ensino superior ficaram a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Estado - Que investimentos houve na graduação?

Paulo Renato - Definimos um programa com financiamento internacional, de US\$ 300 milhões, US\$ 200 milhões para laboratórios de graduação e US\$ 100 milhões para hospitais universitários. Até o fim do mês abriremos todas as licitações.

Estado - E os investimentos em pessoal?

Paulo Renato - Os melhores professores brasileiros, na maioria, não dão aula na graduação, trabalham na pós-graduação e na pesquisa. Por isso imaginamos o incentivo. Fixamos uma cota de 60% do total de doutores que poderá receber bolsa.

Estado - Essa cota não pode criar problemas?

Paulo Renato - Se houver necessidade, podemos ajustar esse modelo. Temos problemas como o que motivou, por exemplo, protestos na

Unifesp. O caso das faculdades de medicina é complicado, porque a relação professor/aluno é muito baixa. Uma faculdade com essa característica não tem como pôr 60% dos professores doutores na graduação, porque não há aluno para todo mundo.

Estado - Não contribuiu para a recepção negativa a coincidência

entre a proposta e o momento em que os professores iniciavam uma campanha salarial?

Paulo Renato - Os professores todos os anos tentam uma campanha salarial no início do ano letivo. Eu não poderia, em razão disso, atrasar um programa.

Estado - Os professores acusam o MEC de tentar quebrar o movimento sindical.

Paulo Renato - Não vem existindo campanha salarial, o movimento docente não se expressa como força importante nos últimos anos. Como vou quebrar uma coisa que já não tinha força?

Estado - O que o MEC fará para melhorar os salários?

Paulo Renato - Esse assunto vamos tratar na discussão da reforma universitária. Queremos que as universidades tenham autonomia para fixar sua própria política de carreiras e salário.

SBPC condena plano de incentivo

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) pediu, em carta enviada anteontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que seja retirada do Congresso Nacional a medida provisória que garante bolsas mensais para professores de instituições públicas de ensino superior. Denominada Programa de Incentivo à Docência, a iniciativa foi classificada pela SBPC como um "instrumento desagregador dos melhores departamentos das universidades". O programa, segundo a enti-

dade, deveria ser precedido de um processo de avaliação do ensino de graduação, "seguido de um planejamento estratégico com metas precisas a serem seguidas".

Ontem, a Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina, atual Universidade Federal de São Paulo, divulgou uma carta, seguida de um abaixo-assinado, também em repúdio ao programa do governo. Entre outras críticas, os professores dizem que ele "foi anunciado de forma eleitoreira".

MOVIMENTO
SINDICAL
DE
DOCENTES
NÃO
MOSTRA
FORÇA